



AOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

GOVERNO DEVE PAGAR AS DÍVIDAS RELACIONADAS COM A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE ANIMAL ÀS OPPS.

A concretizarem-se algumas das medidas tornadas públicas por membros do Governo, Trás-os-Montes e em particular o sector pecuário, sairá fortemente penalizado.

É sabido, que as sucessivas reformas da PAC e as erradas políticas nacionais agro-rurais levadas a cabo pelos sucessivos Governos, degradaram na última década, o rendimento dos produtores agro pecuários, (leite, cereal, carne de bovino e ovino). Tal constatação tem por base o “esmagamento” dos preços pagos à produção, face aos constantes aumentos dos factores de produção e às dificuldades na comercialização destes produtos. Todavia, o Governo acaba de anunciar uma reflexão global das políticas públicas que se afigurem financeiramente sustentáveis, no contexto orçamental do MAMAOT

Tal “reflexão”, poderá ter como objectivo alterar as parcerias estabelecidas com as Organizações de Produtores Pecuários – OPPs; Raças Autóctones; Sistema de Recolha de Cadáveres de animais mortos na exploração (SIRCA); e o Sistema de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC) entre outras.

O Governo deve assumir os seus compromissos. Tal assunção pressupõe, o pagamento das dívidas que tem com as OPPs relacionadas com a implementação do rastreio das doenças, previstas no Plano Nacional de Saúde Animal. Estas dívidas ultrapassam mais de 300 mil euros nos últimos dois anos só na região Transmontana. São avultados valores, que a manter-se podem levar a situações de insolvência de muitas OPPs e pôr em causa a saúde pública.

A manter-se tal situação poderemos assistir, conforme decisão já tomada pela Associação das ADS de Trás-os-Montes, ao cessar das acções de rastreabilidade, dada as naturais dificuldades financeiras para executar os planos aprovados, à falta do controlo das acções de erradicação de epizootias. Ou ainda, servir de pressão junto das OPPs para estes transferir tais encargos para os seus associados. Encargos que tem vindo a subir à medida que os Governos diminuem a sua subvenção, quer na colheita de sangue, quer mais recentemente nas chamadas reinspeções.

Com este incumprimento das parcerias de prestação de serviços celebradas entre as OPPs e Serviços do Ministério de Agricultura, o Governo pretende transferir mais encargos para os produtores e acabar com certos serviços levados a cabo pelas Associações Autóctones. Desta forma, pretende desresponsabiliza-se dos encargos da recolha de cadáveres mortos na

exploração e diminui a sua comparticipação financeira nos seguros agrícolas. Estes não passam de meros pretextos para evocar os “ditos interesses superiores”, assumidos pelo acordo financeiro com a Troika, e assim deixar de inscrever como custo anual em sede de orçamento e passar tais encargos para a produção.

A concretizar-se tal pretensão, estamos perante um duro golpe neste importante sector económico, a fomentar ainda mais o empobrecimento desta região, depois de lhe ter sido esbulhada de importantes serviços públicos, desde os correios, ao encerramento das escolas, urgências, cessação das valências em Centros de Saúde e alguns Hospitais, estando já previsto a extinção de várias Freguesias rurais, liquidando assim o único poder de proximidade existente entre o cidadão e o poder. Tudo isto, se faz segundo os “ superiores interesses do País”, cortando a minguia, isolando e desertificando o mundo rural. Poderemos estar perante a “ sentença de morte” de muitas aldeias e lugarejos do norte e interior do País.

Perante este quadro dramático de consequências imprevisíveis, a APT e a FAGRORURAL decidiram:

1º - Apelar a todo o movimento Associativo em particular ao sector pecuário bovino e pequenos ruminantes, aos Agrupamentos Pecuários e ADS da região que rejeitem liminarmente esta irresponsabilidade Governamental;

2º- Solidarizar-se com a proposta das OPPs /ADS Transmontanas, aprovada em Assembleia e enviada recentemente ao Governo, para que este, assumira um calendário de pagamentos das dívidas em atraso. Caso contrario, decidiram suspender todos os serviços prestados aos agricultores da região

3º - Recusar qualquer aumento de encargos que o Governo venha a decidir em matéria de sanidade animal;

4º- Propor uma iniciativa pública em frente à DRAP caso o Governo não satisfaça tais reivindicações.

Vila Real, 8 de Novembro de 2011

As Direcções da

APT

FAGRORURAL